O que é o Crime de Deserção no Código Penal Militar?

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | 22/09/2025



O crime de deserção, previsto no Código Penal Militar, consiste na ausência não autorizada e prolongada do militar ao serviço, sendo punido com detenção e outras sanções para garantir a disciplina e a ordem nas Forças Armadas.

Você sabe **o que é deserção** e como ela se encaixa no Código Penal Militar? Essa dúvida aparece bastante, e entender esse crime é fundamental para quem quer compreender as regras dentro das Forças Armadas. Vamos falar sobre isso com jeitinho claro e direto pra você.

entendendo o conceito de deserção no meio militar

No contexto militar, **deserção** é a ação de abandonar uma obrigação ou local designado sem permissão, especialmente em situações de serviço ativo. Isso significa que um militar deixa seu posto ou unidade sem autorização, contrariando as normas internas das Forças Armadas e o Código Penal Militar.

Essa atitude compromete a disciplina e a segurança das operações militares, já que cada soldado tem uma função direta no funcionamento das rotinas e estratégias. A deserção pode ocorrer em tempos de paz, guerra ou mesmo durante períodos de treinamento, mas sempre representa uma violação grave das

obrigações militares.

O conceito abrange ainda o fato de o militar se esconder ou se recusar a voltar ao serviço após ter se ausentado, tornando-se uma conduta ilícita não apenas administrativa, mas também penal, sujeita a punições severas.

Aspectos essenciais da deserção

- **Abandono do posto**: deixar o local ou a função sem autorização.
- **Recusa em apresentar-se**: não atender à convocação ou não retornar ao serviço militar.
- **Violação da hierarquia**: desacatar as normas que garantem a disciplina militar.

Por fim, a deserção é vista como uma infração que coloca em risco a coesão das tropas e a execução das tarefas, sendo, portanto, tratada com rigor pelo sistema militar.

quais as consequências legais da deserção

A deserção no âmbito militar implica em diversas **consequências legais** que visam garantir a disciplina e a ordem dentro das Forças Armadas. De acordo com o Código Penal Militar, o ato de desertar pode resultar em punições severas, dependendo do contexto e da gravidade da falta.

Entre as principais penalidades estão a **detenção**, que pode variar conforme a situação, e sanções administrativas, como a perda de benefícios e até a exclusão das forças militares. Além disso, a deserção pode acarretar em processos judiciais específicos, que comprometem a carreira do militar.

Punições previstas no Código Penal Militar

- **Reclusão ou detenção**, conforme a duração e as circunstâncias da ausência não autorizada.
- **Advertência e repreensão** nos casos menos graves.
- **Perda de graduação** e direitos, conforme definido pela hierarquia militar.
- **Sujeição a regime disciplinar** e trabalhos forçados em alguns casos históricos.

É importante destacar que, em períodos de guerra, a deserção é tratada ainda com maior rigor e pode resultar em penas mais severas, incluindo prisão prolongada.

O sistema jurídico militar busca, portanto, desestimular a deserção por meio dessas consequências, reforçando a importância do compromisso e da responsabilidade individual no serviço militar.

como o código penal militar trata a deserção



O **Código Penal Militar (CPM)** aborda a deserção de forma específica para manter a disciplina e a ordem nas Forças Armadas. Ele define a deserção como o ato de deixar o serviço, post, ou unidade militar sem permissão.

De acordo com o CPM, o militar que deserta está sujeito a **pena de detenção**, a qual pode variar de acordo com a situação. Em tempo de paz, o artigo 187 do código determina que o crime de deserção tem pena de um a quatro anos de detenção. Em tempo de guerra, as penas podem ser mais severas.

Aspectos legais do código penal militar sobre deserção

- **Caracterização da deserção:** abandono do serviço ou posto sem autorização.
- **Combatentes em tempo de guerra:** regras mais rigorosas e punições mais severas, visando segurança nacional.
- **Chamamento ou apresentação em prazo determinado:** recusar-se a atender pode também ser considerado deserção.
- **Punições adicionais:** podem incluir perda de soldo,

punições administrativas e processo disciplinar.

O CPM também prevê a possibilidade de anistia ou perdão dependendo do contexto, mas essa decisão está sujeita à autoridade militar competente.

Assim, o Código Penal Militar trata a deserção com rigor para preservar a hierarquia e o compromisso dos militares com a defesa do país.

diferenças entre deserção e abandono de posto

Deserção e **abandono de posto** são termos que muitas vezes geram confusão, mas possuem diferenças claras no contexto militar. Ambos envolvem a saída não autorizada de um militar de sua função, porém com características distintas.

A deserção ocorre quando o militar deixa o serviço militar por um período prolongado ou busca evitar o atendimento a uma convocação. Nesse caso, ele geralmente pretende não retornar ao serviço, demonstrando abandono total das obrigações militares.

Já o abandono de posto é a saída do militar de seu local de trabalho sem permissão, porém por um período curto, normalmente durante o turno ou missão. O militar deixa o posto sem autorização, comprometendo a segurança e a rotina, mas pode não ter a intenção de se afastar definitivamente.

Diferenciações importantes

- **Duração:** a deserção implica ausência por tempo prolongado; o abandono pode ser temporário.
- **Intenção:** desertor quer romper com o serviço; no abandono, a saída pode ser momentânea e sem intenção definitiva.
- **Consequências legais:** ambas são punidas, mas a deserção

possui penalidades mais severas.
- **Contexto operacional:** o abandono pode comprometer operações imediatas; a deserção afeta o compromisso de forma mais ampla.

Entender essas diferenças é fundamental tanto para militares quanto para civis que buscam compreender as normas militares e suas implicações.

exemplos práticos e jurisprudência envolvendo deserção

Existem diversos **exemplos práticos** e julgados na jurisprudência que ajudam a ilustrar como o crime de deserção é tratado nas Forças Armadas e na justiça militar. Casos concretos esclarecem a aplicação da lei e mostram as repercussões para quem comete esse ato.

Exemplo prático 1: deserção durante período de treinamento

Um militar que se ausenta injustificadamente de um curso obrigatório de formação é enquadrado por deserção, mesmo que a ausência seja temporária. Nesses casos, a punição pode incluir detenção e perda de benefícios.

Exemplo prático 2: não apresentação após convocação

Outro caso comum é o militar convocado para serviço ativo que não se apresenta no prazo definido. A justiça militar avalia a situação, e o não comparecimento pode configurar deserção, resultando em processo penal e sanções.

Jurisprudência relevante

Decisões judiciais frequentemente reafirmam que a deserção é uma infração grave, justificando penas rigorosas. Tribunais militares têm confirmado sentenças que incluem detenção e restrições administrativas, reforçando a disciplina.

Além disso, a jurisprudência ressalta a importância de analisar o contexto, como motivos apresentados e histórico do militar, podendo influenciar na dosagem da pena.

Esses exemplos demonstram a rigorosidade com que as Forças Armadas e o sistema judicial tratam a deserção, valorizando a responsabilidade e o compromisso do militar.

Considerações finais sobre o crime de deserção

Entender o que é o crime de deserção e suas consequências ajuda a valorizar a disciplina nas Forças Armadas. A deserção, prevista no Código Penal Militar, representa uma violação séria das obrigações do militar.

As penalidades são rigorosas e buscam manter a ordem e o compromisso de cada soldado com a missão. Analisar exemplos práticos e a jurisprudência mostra como o sistema militar atua para garantir a responsabilidade.

Por isso, conhecer esses aspectos é importante para quem atua no meio militar ou tem interesse no assunto, reforçando o papel da disciplina para a segurança do país.

FAQ – Perguntas frequentes sobre o crime de deserção no Código Penal

Militar

O que caracteriza o crime de deserção?

A deserção ocorre quando um militar abandona seu posto ou se ausenta do serviço militar sem permissão, geralmente por tempo prolongado.

Quais são as principais consequências legais da deserção?

As consequências podem incluir detenção, perda de benefícios, punições disciplinares e processos judiciais conforme o Código Penal Militar.

Qual a diferença entre deserção e abandono de posto?

A deserção é a ausência prolongada com intenção de não retornar, enquanto o abandono de posto é uma saída temporária e não autorizada do local de serviço.

Como o Código Penal Militar trata a deserção em tempos de guerra?

Em tempos de guerra, o Código Penal Militar prevê punições mais rigorosas para a deserção, considerando seu impacto na segurança nacional.

É possível receber anistia em casos de deserção?

Sim, o Código Penal Militar permite anistia ou perdão em situações específicas, dependendo da decisão da autoridade militar competente.

Como a jurisprudência influencia no julgamento de casos de deserção?

A jurisprudência reforça as penas previstas e analisa o contexto de cada caso, como motivos e histórico do militar, para aplicar a punição adequada.

Fale com um especialista